

AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
LETRAS – PORTUGUÊS/INGLÊS E RESPECTIVAS LITERATURAS

A ESCOLA INCLUSIVA NA ATUALIDADE

Alana Alves Ribeiro

Solange Raquel Weber

JUIÍNA/2010

AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
LETRAS – PORTUGUÊS/INGLÊS E RESPECTIVAS LITERATURAS

A ESCOLA INCLUSIVA NA ATUALIDADE

Alana Alves Ribeiro

Solange Raquel Weber

“Trabalho apresentado como exigência parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Letras Português/Inglês e Respectivas Literaturas.”

JUIÍNA/2010

AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
LETRAS – PORTUGUÊS/INGLÊS E RESPECTIVAS LITERATURAS

BANCA EXAMINADORA

Profº Dr. Cláudio Silveira Maia

Profª Especialista Regiane Cominetti Esser

ORIENTADORA

Profª Ms. Solange Raquel Weber

Dedico este trabalho aos meus pais, a meu namorado Lucélio, amigos, e demais familiares que me apoiaram no decorrer desse processo em que estive realizando esse trabalho de conclusão de curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela vida, saúde, fé e determinação que me foram concedidas, para a realização desse trabalho de conclusão de curso, sem desanimar em meio às dificuldades.

Agradeço aos meus pais, Antonio e Elizabeth que sempre me acompanham dando-me carinho, amor e proteção no decorrer de toda da minha vida.

Agradeço ao Lucélio, uma pessoa muito especial, que me mostrou os caminhos do sentimento mais bonito, o amor.

Meus agradecimentos a minha orientadora Professora Ms. Solange Raquel Weber, que me orientou, dando-me incentivo e apontando-me caminhos para a construção e finalização deste trabalho monográfico.

Todas as crianças, jovens e adultos, em sua condição de seres humanos, têm direito de beneficiar-se de uma educação que satisfaça as suas necessidades básicas de aprendizagem, na acepção mais nobre e mais plena do termo, uma educação que signifique aprender e assimilar conhecimentos aprender a fazer, a conviver e a ser. Uma educação orientada a explorar os talentos e capacidades de cada pessoa e a desenvolver a personalidade do educando, com o objetivo de que melhore sua vida e transforme a sociedade. (Marco de Ação de Dakar).

RESUMO

O propósito deste trabalho é apresentar a trajetória dos portadores de necessidades especiais desde a antiguidade, apresentando as dificuldades, limitações e mitos que permeiam até hoje a nossa sociedade. Abordaremos alguns conceitos sobre o que venha a ser uma educação inclusiva, que há pouco tempo, com muitas dificuldades conquistou seu direito alicerçado pela lei, garantindo ao portador de necessidades especiais de frequentar uma escola da rede regular de ensino. No entanto, essa tarefa não tem sido fácil, pois as escolas não estão devidamente preparadas para realizar na prática a educação inclusiva. O principal problema enfrentado pelas escolas regulares são as capacitações que necessitam acontecer para que os professores e os demais membros da comunidade escolar estejam preparados para desenvolver um trabalho de qualidade com os portadores de necessidades especiais. Para que realmente ocorra uma educação inclusiva, há a necessidade de transformação. Apresentaremos o trabalho desenvolvido pela Escola Viva, situado no estado de São Paulo, comprovando através de exemplos práticos que a inclusão tem sim, dificuldades para serem superadas, mas que, no entanto, não é impossível de ser posta em prática.

Palavras-chave: educação inclusiva, portadores de necessidades especiais, escola regular.

ABSTRACT

The purpose this work presenting the trajectory the holders needs special from Seniority introduce the difficulties limitation and myths that stay still today in our society. Board a couple of concept atop what will be a education Inclusive, there is little time, with many difficulties won its right anchored by law, ensuring the bearer needs special frequent a school of the network regular schools. But, that task has not been easy, since the schools are not properly prepared to achieve in practice Inclusive education. The main problems faced by regular schools are capacity, that need occur for teachers and the other states of the community school are prepared to develop a work with the carriers of special needs. That really occurs an inclusive education, there is a need of transformation we will present the work by Escola Viva, situated at Sao Paulo, proving through examples practical that the inclusion but, difficulties for be carried out, but that, however is not impossible to be put into practice.

Keyword: Inclusive education, Patients with special needs, Regular school.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CAPITULO I.....	12
Conceitos de Educação Inclusiva.....	12
3 CAPITULO II.....	23
Formação do Professor para a Educação Inclusiva . Erro! Indicador não definido.	23
4 CAPITULO III.....	35
Análise da Prática Pedagógica da Escola Viva - Cotia - São Paulo.....	35
5 CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48

INTRODUÇÃO

A inclusão se dispõe sobre o apoio às pessoas com necessidades especiais, seja ela na sua integração social ou no pleno exercício de direitos sociais e individuais, mas infelizmente a realidade de algumas escolas ainda não consegue cumpri-la, porque a organização escolar não está adequadamente preparada. Os professores são os que mais encontram dificuldades para lidar com os portadores de necessidades especiais, pois eles estão ligados de maneira direta entre o aluno e o processo de ensino-aprendizagem.

Há necessidade de reestruturação escolar, mas o que fazer? Como capacitar a escola e os professores a lidar com as necessidades especiais de surdez, cegueira, deficiência mental, física ou múltipla? Buscamos nesta pesquisa mostrar caminhos ou pequenas soluções para este tão grande problema enfrentado pela organização escolar.

Assim, o nosso trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, abordaremos alguns conceitos, referente à trajetória que as pessoas portadoras de necessidades especiais, vivenciaram no passado, enfatizando os principais problemas, dificuldades e mitos que a sociedade possuía sobre o deficiente.

Em 1994, a Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial (UNESCO, 1994), tornou mais concreta a possibilidade de que os grupos de pessoas portadoras de necessidades especiais iniciassem a sua participação no processo de ensino-aprendizagem em salas de aula de escolas regulares comuns. Com este documento, o tema inclusão escolar elevou-se em um patamar internacional que se inseriu no âmbito dos direitos humanos.

Mas, apesar de tantos avanços sociais, econômicos e culturais, infelizmente ainda nos deparamos com situações, no qual o portador de necessidade especial não tem o seu espaço na rede regular de ensino, passando por discriminação, descaso e abandono.

Finalizamos o primeiro capítulo abordando os principais conceitos sobre educação inclusiva, alicerçando nossa pesquisa bibliográfica em alguns autores renomados.

Em seguida, no segundo capítulo, abordamos a “Formação do Professor para a Educação Inclusiva”, as concepções sobre a realidade vivenciada pelos professores que atuam na rede regular de ensino, e atendem as crianças, jovens e adultos portadores de necessidades especiais, sem a devida preparação, pois muitas escolas não possuem condições físicas para atender esses alunos e o quadro de professores que passam por dificuldades por não terem uma aprendizagem específica sobre como lidar com um aluno portador de necessidade especial.

Na conclusão, como terceiro capítulo, apresentamos a experiência da escola de Cotia. Abordando os caminhos, metodologias e práticas utilizadas para incluir os portadores de necessidades especiais na rede regular de ensino, baseando-se nas concepções construtivistas, enfatizando que é possível, apesar das dificuldades encontradas, desenvolver um trabalho de inclusão de qualidade.

Alicerçamos nossa pesquisa na Escola Viva, uma escola real que atende os portadores de necessidades especiais de uma maneira diferenciada, sendo exemplo concreto para as demais escolas regulares.

Nosso trabalho de conclusão de curso colabora, acima de tudo, para a organização escolar (formação de professores, técnicos, diretores, etc.) no que se refere aos esclarecimentos sobre a Lei/Documento que designa a inclusão dos portadores de necessidades especiais na escola regular. Proporciona, ainda, uma melhoria da educação dos próprios alunos dessas organizações escolares, pois ajuda a clarear caminhos para a organização escolar, e quem mais se beneficia é o aluno portador de necessidade especial.

CAPÍTULO I

CONCEITOS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Durante vários séculos, as pessoas que hoje integram a educação inclusiva, eram chamadas de deficientes e submetidas à exclusão por parte da sociedade, pelo fato de estarem repletos de preconceitos, discriminações e barreiras culturais, ou seja, os portadores de necessidades especiais eram excluídos de qualquer atividade que fossem realizar na sociedade.

De acordo com Romeu Kazumi Sassaki, em seu livro “Inclusão Construindo Uma Sociedade para Todos” (1999, p. 28), as demais pessoas da sociedade detinham o conceito de que eles eram inválidos, inúteis e incapazes para trabalhar ou realizar qualquer atividade social. Não importava qual seria a deficiência que a pessoa tivesse que lhe era atribuída essas características. Mas, no entanto a integração social surgiu para eliminar esses paradigmas derrubando a prática da exclusão.

Antigamente, a sociedade ignorava, rejeitava, perseguia e explorava os portadores de necessidades especiais, até então chamados de deficientes, além disso, a sociedade não prestava nenhum tipo de apoio educacional, deixando essas pessoas à margem da sociedade. Esses acontecimentos eram frequentes, pois a sociedade possuía uma visão totalmente distorcida e preconceituosa, além de considerarem essas pessoas como “possuídas por maus espíritos ou vítimas de sina diabólica” (JONSSON, apud SASSAKI, 1999, p. 112).

Entretanto, Rossana Ramos (2006, p. 06) relata em seu livro “Passos para a Inclusão” um breve histórico sobre a triste realidade enfrentada pelos portadores de necessidades especiais, enfatizando que até por meados do ano de 1.800 nos Estados Unidos da América, eram chamados de deficientes e consideradas pessoas indignas de frequentar a educação formal, passando assim por um longo período de exclusão. Um dos pioneiros que introduziu o conceito de educação para as pessoas que possuíam alguma deficiência física ou mental foi o médico norte-americano Benjamin Rush.

Retomando os conceitos da exclusão, as pessoas portadoras de necessidades especiais eram excluídas da sociedade e da família, restando-lhes apenas a alternativa de serem atendidas em instituições filantrópicas ou religiosas, que devido ao elevado número de pessoas que necessitavam de atendimento, dificilmente possuíam o controle sobre a qualidade do atendimento que ofereciam.

Segundo Jonsson:

Foi neste contexto que emergiu, em muitos países em desenvolvimento, a 'educação especial' para crianças deficientes, administrada por instituições voluntárias, em maioria religiosas, com consentimento governamental mas nenhum outro tipo de desenvolvimento por parte do governo. Algumas dessas crianças passaram a vida inteira dentro das instituições (JONSSON, apud SASSAKI 1999, p. 112).

Porém, essas instituições que acolhiam as pessoas portadoras de necessidades especiais desenvolveram um trabalho social, contribuindo para que a inclusão adquirisse seu espaço, como podemos perceber até os dias de hoje, sendo infelizmente na maioria das vezes, sem o apoio do governo.

Para Ramos (2006, p. 06), com o passar do tempo houve algumas iniciativas que contribuíram para a evolução no que diz respeito às atividades para a educação dos portadores de necessidades especiais, que, no entanto, não foram tão significativas assim. Este processo evidentemente se concretizou com mais intensidade somente a partir do século XX, expandindo-se com mais amplitude nas escolas especiais, proporcionando a busca por uma educação de qualidade.

Entretanto, em meados dos anos de 1980, houve mudanças sociais em todo o mundo, tendo uma maior afirmação a partir da década de 1990. Nessa trajetória o tema inclusão, tornou-se uma preocupação acadêmica, que proporcionou a partir da Declaração de Salamanca, o surgimento da proposta de uma escola de qualidade aberta a todos, que será desenvolvida no decorrer de nosso estudo.

A Declaração de Salamanca refere que:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas [...]. Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos (UNESCO, apud COSTA 2008, p. 31).

A favor da Declaração de Salamanca, todas as crianças, jovens e adultos têm o direito a uma educação de qualidade, pois cada um desenvolve uma habilidade e necessidade de aprendizagem diferente. Para que esse processo de inclusão realmente aconteça, se faz necessário que a escola regular se comprometa para mudar as atitudes discriminatórias que bloqueiam o acesso de uma vida de qualidade na sociedade.

Contudo, a inclusão é um direito de todos, situado também pela Constituição Federal do Brasil (1988), baseada pela Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9394/96, que destina o Capítulo V à Educação Especial, apresentando o capítulo: “Educandos com Necessidades Especiais, Preferencialmente na Rede Regular de Ensino”. O Artigo 58º estabelece o conceito de Educação Especial:

Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1996).

Após a publicação da “Declaração Mundial de Educação para Todos e Diretrizes de Ação para Encontros das Necessidades Básicas de Aprendizagem”, houve uma significativa contribuição para o crescimento mundial, sobre a atenção que tem sido oferecida ao sistema educacional como um todo, visando desenvolver nas escolas a formação para que os professores contribuam para o processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido (Jomtien, 1990, p. 42) na Tailândia, declara que:

Todas as pessoas têm o direito fundamental à Educação e que a educação para todos representa um consenso mundial de uma visão muito mais abrangente de educação básica, assim como representa um renovado compromisso para assegurar que as necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças, jovens ou adultos serão encontradas, efetivamente, em todos os países” (HADDAD, apud, FERREIRA, 2005, p. 42).

Entretanto, Sassaki (1999, p. 33) menciona que o surgimento do processo de inclusão ocorreu no final da década de 80, fato que possibilitou para que as

peessoas com necessidades especiais pudessem participar plenamente e de maneira igualitária com as demais pessoas em ambientes sociais, mas, tendo em vista que para o processo acontecer de maneira contínua, necessita-se da adaptação da sociedade para com as pessoas portadoras de necessidades especiais.

Contudo, a questão da educação inclusiva tem passado nos últimos anos por vários debates vivenciados pelos diversos grupos sociais que se interessam pelo assunto. Em 1994, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) mostrou um caminho favorável à educação inclusiva e de acordo com o artigo que trata sobre “A Formação de Professores para Classes Inclusivas e a Importância do conhecimento acerca das adaptações curriculares” (2008, p. 02), enfatizando que a Declaração de Salamanca serviu para o fortalecimento da ideia de que as escolas regulares devem atender as pessoas que possuem alguma necessidade especial, não importando se ela seja física, mental ou múltipla, pois esses alunos devem ser respeitados em seus variados ritmos de aprendizagem.

Nesse mesmo sentido para Mantoan,

[...] A noção de inclusão constitui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática [...] a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. [...] A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia a todos [...] (MANTOAN, apud SASSAKI, 1999, p. 114).

A educação inclusiva estabelece a meta de acolher os portadores de necessidades especiais desde pequenos para que cresçam juntos com a sociedade, pois dessa forma eles poderão ter o contato com as demais pessoas, desenvolvendo suas habilidades de comunicação, aprendizagem intelectual e laços afetivos, mesmo sendo privados por suas limitações.

A Declaração de Salamanca sobre o Princípio, Política e Prática em Educação Especial (UNESCO, 1994) tornou mais concreta a possibilidade de que os grupos de pessoas portadoras de necessidades especiais iniciassem a sua participação no processo de ensino-aprendizagem em salas de aula de escolas regulares comuns. Com este documento, o tema inclusão escolar elevou-se em um patamar internacional que se inseriu no âmbito dos direitos humanos.

Segundo os conceitos de Rosita Edler Carvalho (2007, p. 79), encontrados em seu livro “Educação Inclusiva: com os pingos nos ‘is’”, podemos observar que são inúmeras as providências políticas, administrativas e financeiras que devem ser

providenciadas, para que as escolas da rede regular acolham sem qualquer discriminação, principalmente as crianças portadoras de necessidades especiais, sendo enfatizada na Declaração de Salamanca que,

Independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras, crianças deficientes e bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de populações distantes ou nômades, crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados.

A Política Nacional de Educação Especial foi introduzida no ano de 2008, na perspectiva da educação inclusiva, esse acontecimento foi aprovado, graças à convenção da ONU, que evidencia os direitos das pessoas que possuem alguma deficiência. Constata-se que a partir da convenção, os Sistemas Educacionais Inclusivos devem ser assegurados em todos os níveis. O Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, se disponibiliza referente ao atendimento educacional especializado.

De acordo com Carvalho (2007, p. 77), no decorrer da última década tem sido inúmeras as reflexões sobre a educação escolar, enfatizando todo o contexto mundial proporcionando melhorias nos sistemas educativos. Podemos observar alguns documentos internacionais, que constam na Carta Magna, além de outros como “A Declaração Universal dos Direitos Humanos”, enfatizando que todas as pessoas têm o direito à educação.

Entretanto, Carvalho (2007, p. 79) acredita que atualmente a questão da exclusão social tem ocupado de maneira significativa as reflexões da sociedade, enfatizando que esses acontecimentos ocorrem devido a importantes autores escreverem sobre as desigualdades sociais, educacionais e as práticas de exclusão que ainda acontecem, nas quais os mesmos defendem as ideias democráticas, baseadas nos direitos humanos, buscando oportunidades para todos.

Abordaremos a seguir alguns conceitos sobre a educação inclusiva, que no decorrer das duas últimas décadas, tem passado por transformações e acontecimentos alicerçados pela política social, que tem buscado promover a participação dos portadores de necessidades especiais no combate à exclusão, pois todos, principalmente eles, têm o direito a uma vida digna.

Contudo, devemos nos espelhar em alguns países que já desenvolveram algumas experiências de integração social com crianças, jovens e adultos,

portadores de alguma necessidade especial, pois desse modo teremos condições de desenvolver com mais êxito na rede regular de ensino ou em escolas especiais a inserção da educação inclusiva para todos. Para que tenhamos um ensino de qualidade necessitamos do apoio do governo, da comunidade escolar, familiares e sociedade em geral, transformando esses conceitos em práticas inclusivas.

Observa-se, que de acordo com Duk (2006, p. 64), a educação inclusiva não é algo novo, mas surgiu há tempos e não somente para integrar os alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, e é algo já existente que contém um conceito amplo, enfatizando os deveres das escolas comuns no papel de atender, inovar e abordar as dificuldades educacionais que permeiam no processo de ensino-aprendizagem.

Entretanto, Windyz B. Ferreira, PhD em Educação e Mestre em Pesquisa Educacional (2005, p. 40), comenta em seu artigo “Educação Inclusiva: Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos”, encontrado na Revista Inclusão, Outubro de 2005, referindo-se que a inclusão tem sido utilizada como sinônimo para descrever a integração dos alunos com deficiência que frequentam o ensino regular, esse termo apresenta um vínculo com a educação especial, que apesar de ocorrer contestações, já existem conceitos determinados sobre a sua definição.

Sendo assim, Ferreira (2005, p. 40) comenta sobre alguns estudiosos que em comum acordo relatam sobre o conceito de educação inclusiva, não se prevalecendo apenas nas crianças, jovens e adultos que possuem alguma deficiência, mas sim em todos que sofrem qualquer tipo de exclusão educacional, sendo dentro das escolas ou salas de aula.

Contudo, podemos encontrar alguns pressupostos que estão relacionados às políticas participativas, nas quais temos o apoio de toda a comunidade escolar, como também o apoio e envolvimento dos familiares e da sociedade. A inclusão baseia-se em um processo interminável, pois sempre haverá um aluno com dificuldades especiais, necessitando de apoio, e conseqüentemente para que os professores estejam preparados, faz-se necessário planejar, estabelecer metas e buscar informações contínuas para atender os alunos portadores de necessidades especiais (FERREIRA, 2005, p. 44).

Como aponta Ferreira (2005, p. 44), o “Centro de Estudos sobre Educação Inclusiva” apresenta algumas definições sobre a educação inclusiva, sendo estabelecida como uma:

Filosofia que valoriza diversidade de força, habilidades e necessidades [do ser humano] como natural e desejável, trazendo para cada comunidade a oportunidade de responder de forma que conduza à aprendizagem e do crescimento da comunidade como um todo, e dando a cada membro um papel de valor (CSEI n.d. apud FERREIRA 2005, p. 44).

Outra definição publicada na área de educação inclusiva é o *Index para Inclusão*, estabelecendo o seguinte conceito:

Inclusão ou educação inclusiva não é um outro nome para a educação dos alunos com necessidades especiais. Inclusão envolve uma abordagem diferente para identificar e resolver dificuldades que emergem na escola [...] [a inclusão educacional] implica em um processo que aumente a participação de estudantes [nas atividades e vida escolar] e reduza sua exclusão da cultura, do currículo e das comunidades das escolas locais” (CSEI, apud FERREIRA 2005, p. 44).

Segundo Sassaki (1999, p. 41), a inclusão social é conceituada como um processo que necessita de adaptações na sociedade para incluir as pessoas com necessidades especiais, sendo que as mesmas são preparadas para assumir algumas atividades perante a sociedade, visando juntas, sociedade e pessoas excluídas a buscar por soluções de oportunidades para todos.

Entretanto, para Cynthia Duk, responsável pela elaboração do Material de Formação Docente “Educar na Diversidade”, realizado com o apoio do MEC na cidade de Brasília no ano de 2006 (p. 112), a educação inclusiva se caracteriza necessariamente por se comprometer com as crianças, jovens e adultos no que diz respeito aos vários conceitos da vida escolar desses indivíduos. Um dos fatores importantes que distinguem a escola inclusiva é o fato de se preocuparem com a qualidade do ensino-aprendizagem e com a questão do bem-estar dos educandos.

Seguindo os conceitos de Duk (2006, p. 112), a escola inclusiva não possui nenhuma espécie de discriminação, pois, pelo contrário, busca a valorização da diversidade humana, com o intuito de desenvolver todos os integrantes da escola, eliminando as dificuldades e barreiras que se encontram no processo de aprendizagem tornando-se assim uma educação igualitária.

Mas como afirma Carvalho (2007 p. 31), quando se defende o direito à igualdade de oportunidades, não significa que devemos educar a todos de apenas de uma maneira, mas sim proporcionar que cada pessoa portadora de necessidade

especial tenha em função de seus interesses o atendimento correspondente as suas necessidades individuais.

Nesse mesmo contexto, Ramos (2006, p. 05) enfatiza que o “Programa de Educação Inclusiva” busca, a partir de novos conceitos, proporcionar que a educação seja acessível para todos os portadores de necessidades especiais, visando o atendimento de uma sociedade exigente que, com o passar do tempo, vem combatendo alguns preconceitos e discriminações para com essas pessoas.

Todavia, para Mabel Strobel Moreira Weimer (2000, p. 55), como comenta no livro da Secretaria de Estado de Educação, chamado de “Escola Ciclada de Mato Grosso: novos tempos e espaços para ensinar-aprender a sentir, ser e fazer”, a Educação Especial é designada para todos que possuam alguma necessidade especial diferente dos demais alunos. Quando se diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem, necessita-se que sejam abordados metodologias e recursos pedagógicos educacionais diferenciados e específicos.

Ainda nesse pensamento, podemos observar que Duk (2006, p. 57) aponta que a inclusão sugere, portanto, o desenvolvimento das escolas, com o objetivo de atender a todos os estudantes independentemente de suas condições, sejam elas pessoais, sociais ou culturais. A inclusão tem por objetivo valorizar as diferenças dos estudantes em suas diversidades, contribuindo também para o aprimoramento do docente.

Como aponta Catia Ferdinando Costa (2008, p. 31), em seu trabalho de conclusão de curso, abordando a seguinte temática “A Percepção dos Educadores em Relação à Inclusão dos Educandos de Ensino Fundamental II e Médio, Matriculado numa Escola Paulista da Rede Pública Estadual entre os anos de 2006 e 2007”, na relação entre alunos portadores de necessidades especiais e professores, a inclusão está vinculada na transformação e aceitação de si mesmo para, depois, aceitar o outro. Incluir é respeitar o outro na sua singularidade, aceitando-o como ele é envolvendo-o num grupo com demais pessoas para que juntos realizem um bom trabalho, proporcionando o bem estar para todos. Para que esse fator ocorra, faz-se necessário que o ambiente seja acolhedor e inclusivo, proporcionando que todos se sintam a vontade para agir. Este espaço inclusivo media, conforme Machado e Chamlian:

A inclusão das pessoas em 'espaços específicos' que integram uma instituição mais ampla e não acontece de modo imediato e na sua totalidade [...] o ambiente físico e cultural deve ser propício para a acolhida de todos (MACHADO e CHAMLIAN, apud COSTA 2008, p. 31).

Segundo Carla Christiani da Silva (2005, p. 45), para que as mensagens formais e informais sejam bem recebidas e para que contribuam com o aprendizado, necessita-se que ocorra a relação e aceitação afetiva entre professor e aluno. Mas, nem todos os professores que se fascinam com a democracia a utilizam. Tal fascinação pode resultar que os alunos se tornem apáticos e sintam falta de autonomia intelectual, abrindo mão de questionar, participar ou buscar outras fontes, como afirma a autora:

A ação fascinadora do professor traz em si mesmos elementos que conduzem o aluno à ausência de questionamento e à passividade. Esse aluno poderá não desenvolver a sua autonomia intelectual e o seu poder de participação em virtude da excessiva confiança depositada no professor. O carisma do professor pode ser entendido como uma forma de dominação (SILVA, 2005, p. 45-6).

O professor tem um importante papel no processo de aprendizagem, pois eles são condutores das informações a serem passadas aos seus alunos, tendo a possibilidade de cativá-los e motivá-los, pelo fato de que na maioria das vezes são exemplos de confiança. Desse modo, cabe ao professor desenvolver atividades que direcionem seus alunos, sendo eles portadores ou não de alguma necessidade especial para que se tornem cidadãos críticos, não possuindo apenas uma passividade absoluta.

O aprimoramento das políticas públicas no campo social se faz necessário, para que sejam submetidos à avaliação sistemática, pois, caso contrário, as suposições, que sujeitam as políticas seriam muito frágeis e descontínuas.

Podemos caracterizar a educação inclusiva como um processo cultural que se distancia do preconceito e da discriminação, mas necessita estar alicerçado nas ações públicas e leis governamentais que garantam as condições dignas tanto no âmbito pessoal quanto social.

O primeiro centro de vida da Suécia, chamado de Cooperativa de Vida Independente de Estocolmo (STIL), afirma que:

Uma das razões pelas quais as pessoas deficientes são frequentemente declarados doentes. Este modelo médico da deficiência nos designa o papel desesperado e passivo de pacientes, no qual somos considerados dependentes do cuidado de outras pessoas, incapazes de trabalhar, isentos dos deveres normais, levando vidas inúteis, como está evidenciando na palavra ainda comum “inválido” (‘sem valor’, em latim) (STIL, apud SASSAKI, 1999, p. 28).

Para Weimer (2000, p. 55), conseqüentemente, as necessidades especiais necessitam de uma ajuda diferenciada das tradicionais aplicadas aos alunos da rede regular de ensino, para que possam cumprir com os objetivos educacionais. Esses conceitos devem estar previstos no Projeto Pedagógico da Escola, para que ocorra a adaptação ao currículo regular. Nesse sentido, teremos a possibilidade de proporcionar aos alunos portadores de necessidades especiais que participem normalmente e de maneira possível dos conteúdos, mas sem desconsiderar as devidas necessidades que esses alunos possam precisar para a melhoria da qualidade de sua aprendizagem.

Um dos conceitos trazidos pelo autor, sobre os alunos portadores de necessidades especiais é de que,

Por apresentarem necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à sua idade, requerem recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas (WEIMER, 2000, p. 55).

A educação inclusiva está se expandindo no mundo inteiro, tendo em vista que todas as pessoas têm direito a uma educação de qualidade, e para que esse fato se concretize se faz necessário que os sistemas educacionais se adaptem para poder atender as necessidades dessas pessoas.

Essas pessoas são especiais e por isso devem ser acolhidas e receber o que de melhor a escola regular tem para oferecer, vivendo em ambientes em que ela tenha contato com os moradores de seu bairro, amigos e familiares, pois todas as pessoas portadoras de necessidades especiais merecem nosso carinho e atenção.

Na Revista Nova Escola, podemos observar a evolução da inclusão no país, apresentado como “Linha do Tempo, Dorina Nowil e a inclusão no Brasil”, de maneira cronológica a trajetória de vida dessa mulher que sempre se preocupou em conquistar caminhos que desenvolvessem o processo de educação inclusiva.

No ano de 1943, Dorina Nowil, foi a primeira aluna cega a frequentar a escola da rede regular de ensino. Após alguns anos, mais especificamente em 1953,

Dorina Nowil criou um setor de Educação para cegos em São Paulo, conquistando sete anos mais tarde, o direito dos cegos terem uma escola.

Já no ano de 1989, a escola da rede regular de ensino que se recusasse a matricular algum aluno portador de alguma deficiência, cometia um crime, passando assim a se tornar uma lei.

Suas lutas e conquistas foram reconhecidas, e no ano de 1991 esse fato se concretizou quando a fundação que ela ajudou a criar recebeu seu nome. Com o passar dos anos, mesmo acontecendo de maneira lenta, os portadores de necessidades especiais continuam a inovar sua trajetória, pois, no ano de 2000, as pessoas com deficiência ganham acessibilidade em vários aspectos da sociedade.

Sete anos mais tarde Dorina Nowil produziu livros falados e digitais, buscando sempre facilitar aos portadores de necessidades visuais ao acesso a esses materiais. Dorina Nowil no ano de 2009 realizou mais uma conquista a favor dos portadores de necessidades especiais, tornando lei o atendimento educacional Especializado. E, infelizmente, no ano de 2010, com 91 anos de idade, Dorina Nowil falece. Entretanto, seu legado para com a aceitação das diferenças prevalece no cenário nacional brasileiro da educação inclusiva.

CAPÍTULO II

FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A inclusão cresce a cada ano e, com ela, o desafio de garantir uma educação de qualidade para todos. Na escola inclusiva, os alunos aprendem a conviver com a diferença e se tornam cidadãos solidários. Para que isso se torne realidade em cada sala de aula, sua participação, professor, é essencial. (Meire Cavalcante – Revista Nova Escola).

De acordo com Cynthia Duk, responsável pela elaboração do Material de Formação Docente “Educar na Diversidade”, realizado com o apoio do MEC na cidade de Brasília no ano de 2006, os professores são fundamentais na construção do processo de escolas da rede regular de ensino que incluam a todos os portadores de necessidades especiais.

Segundo Duk (2006, p. 26), o “Projeto Educar na Diversidade” tem como prioridade atender os alunos portadores de necessidades especiais que passam por inúmeras situações constrangedoras, principalmente na rede regular de ensino, correndo o risco de serem excluídos desse processo de ensino-aprendizagem que é de direito de todos.

Segundo a autora, para que os mesmos desenvolvam um trabalho de qualidade de acordo com as suas funções sociais de educadores, eles necessitam alcançar o desempenho de refletir sobre as suas práticas de ensino. Cabe ao professor proporcionar a contribuição para se construir conteúdos dinâmicos que aconteçam de maneira harmoniosa com a inclusão, fato que possibilitará a partir desse processo, que os alunos portadores de alguma deficiência desenvolvam uma participação ativa na comunidade escolar e social, conforme os demais alunos.

Segundo Ramos (2006, p. 14), cabe ao professor a tarefa de elaborar planos didáticos que estejam mais adequados com a realidade de seus alunos portadores de necessidades especiais, não utilizando somente os parâmetros já estabelecidos, que na maioria das vezes se distancia do contexto social vivenciado por eles. Mas, o professor tem a necessidade de se adaptar com a classe, para que possa

desenvolver um bom trabalho no processo de ensino-aprendizagem, visando à educação inclusiva.

Entretanto, para que os professores possam desenvolver tais atividades com seus alunos, eles necessitam de apoio e formação.

Apontaremos no decorrer deste trabalho apoiado nas concepções de alguns autores, sugestões e possibilidades que contribuirão para que os docentes aprendam a desenvolver suas habilidades, primeiramente na teoria, para que conseqüentemente atuem na prática vivenciada na sala de aula das escolas da rede regular de ensino, que se encontram alunos portadores de necessidades especiais.

Alicerçados na Declaração de Salamanca podemos perceber que,

para proceder às mudanças fundamentais nas política exigidas pela abordagem de educação inclusiva, é necessário “capacitar escolas comuns para atender todos os alunos, em particular aqueles que são portadores de necessidades especiais” (SASSAKI, 1999, p.119).

Conforme a Declaração de Salamanca, esse processo de capacitação das escolas da rede regular de ensino, que visa atender os alunos portadores de necessidades especiais é realmente um fator primordial para o processo de educação inclusiva, mas é algo que precisa sair do papel e partir para a prática, pois em algumas escolas esses alunos são acolhidos, porém, a escola ainda não está devidamente preparada para incluí-los nesse ambiente escolar de uma maneira adequada juntamente com os demais alunos, considerados até hoje como “normais”, proporcionando-lhes uma educação que vise superar suas necessidades educacionais.

Conforme Romeu Kazumi Sassaki, em seu livro “Inclusão Construindo Uma Sociedade para Todos” (1999, p. 43), a preparação dos portadores de necessidades especiais para a vida em sociedade inicia-se na escola, mais especificamente, dentro da sala de aula, com o auxílio do professor regente. Mas os professores necessitam do acompanhamento juntamente com todos os membros da comunidade escolar como o diretor, autoridades educacionais, profissionais de educação especial, líderes que fazem parte do movimento dos portadores com deficiência e representantes da comunidade em geral.

Nesse sentido, é importante resgatar Duk (2006, p. 115), pois afirma que para melhorar os conhecimentos didáticos dos docentes e adequar algumas

mudanças necessárias para a organização da escola, necessita-se ter como base fundamental a colaboração entre os membros da comunidade escolar. Como exemplo, o Projeto Educar na Diversidade visa orientar as escolas a criar um grupo que coordene as suas atividades realizadas, necessitando ser constituído por membros que atuem dentro da comunidade escolar, fazendo parte o Diretor, vice Diretor, Coordenador Pedagógico e três professores, que precisam estar diretamente ligados à área de educação especial.

Esses grupos de Coordenadores possuem a tarefa de planejar e acompanhar as ações propostas para cada unidade escolar, mas esse trabalho não é desenvolvido sozinho, pois necessita ter a parceria do multiplicador das Secretarias de Educação, proporcionando em conjunto uma educação inclusiva de qualidade.

Segundo Sassaki (1999, p. 118), a Assembleia Geral da ONU aprovou o documento “Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência” (1996), em que declara que:

1. As autoridades de educação comum são responsáveis pela educação de pessoas com deficiência em ambientes inclusivos. Elas devem garantir que a educação de pessoas com deficiência seja uma parte integrante do planejamento educacional nacional, do desenvolvimento de currículo e da organização escolar.
2. A educação em escolas comuns pressupõe a provisão de intérpretes e outros serviços de apoio adequados. Serviços adequados de acessibilidade e de apoio, projetados para atender às necessidades de pessoas com diferentes deficiências, devem ser prestados (p. 119).

Porém, mesmo havendo cargos sendo preenchidos nos governos atuais, que são responsáveis pela elaboração das leis que defendem e apoiam os portadores de necessidades especiais, nota-se que todo esse processo que envolve a educação inclusiva ainda passa por inúmeras dificuldades, tendo visto que mesmo posto no papel que a educação inclusiva deve ser garantida e implantada no planejamento educacional, podemos perceber que o problema mais evidente ainda é a falta de formação para os professores que se encontram na rede regular de ensino.

Entretanto, as Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência (1996), citadas anteriormente referem que as escolas comuns tenham a presença de intérpretes e outros serviços que estejam adequados aos alunos portadores de necessidades especiais, mas essa não é a realidade

vivenciada na maioria das comunidades escolares da rede regular de ensino, pois há a falta desde estrutura física da escola até a questão de formação para os professores, coordenadores, e equipe escolar para que estejam devidamente preparados para atender de maneira adequada esses alunos que apresentam alguma necessidade especial, podendo ser ela física, mental ou múltipla.

Nesse aspecto, Duk (2006, p. 115) comenta que para adquirir êxito nos projetos educacionais tendo como base as orientações inclusivas, se fazem necessárias reflexões sobre a prática existente para a colaboração e soluções de problemas. Temos nesse sentido alguns acontecimentos importantes, um deles se baseia em fortalecer e dar apoio aos docentes para que possam julgar criticamente suas próprias atitudes, realizando tais investigações no dia a dia de sua prática pedagógica.

Assim, é preciso salientar sobre outro fator importante, que se relaciona em incentivar os docentes para que resolvam as situações que vivenciam no âmbito escolar, solucionando seus próprios problemas, mas, para que esse acontecimento se fortaleça, o docente tem que se relacionar com os demais membros da comunidade escolar, incluindo principalmente os especialistas da educação para pessoas portadoras de necessidades especiais. O papel fundamental dos especialistas é de apoiar a escola em geral e principalmente os docentes que atuarem de maneira direta com os alunos especiais.

a transformação das práticas docentes devem acontecer no contexto de mudanças mais amplas da gestão escolar e da organização curricular, de modo que a mudança educacional se apóie nestes fatores (DUK, 2006, p. 116).

De fato, é de fundamental importância que as mudanças que necessitam acontecer no ambiente educacional se desenvolvam de uma maneira “hierárquica”, pois dessa forma, havendo as transformações na gestão escolar e organização curricular baseada na implantação da educação inclusiva, consequentemente facilitaram para que os professores se baseiem nos conceitos e atividades já estabelecidas pela gestão escolar, podendo assim de ter um alicerce, dando-lhe a possibilidade de ter como intuito o desenvolvimento para com seus alunos portadores de necessidades especiais, principalmente em atividades lúdicas que proporcionem o envolvimento com todos os alunos, abordando os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula.

Conforme o comentário de Duk (2006, p. 22), devido às novas reformas educacionais e a grande diversidade de necessidades dos alunos portadores de alguma deficiência, é preciso que sejam desenvolvidos novos termos com relação à formação dos professores.

A autora aponta que apesar de atualmente todos os países desenvolverem ações direcionadas aos professores, alguns estudos apresentam que em geral, são “poucas as mudanças nas práticas de ensino que podem ser consideradas significativas assim como não houve melhoria relevante na qualidade da aprendizagem para a maioria dos estudantes” (DUK, 2006, p. 22).

Como cita Duk, a respeito da educação inclusiva,

Algumas razões podem explicar tal situação, tais como, o fato de que as ações de formação tendem a ter caráter pontual, acontecem em períodos muito curtos, não considera as necessidades dos docentes e, na maioria das vezes, está desvinculada das práticas educacionais em escolas reais. Isto significa que a formação docente ainda é pensada como um processo externo ao trabalho dos professores (a) e não se fundamenta na recuperação ou análise da prática pedagógica dos educadores (DUK, 2006, p. 22).

Nesse mesmo contexto, a autora afirma que grande parte dos docentes que se formarão, e os que ainda permanecem nesse processo de formação continuam se baseando em uma perspectiva tradicional de se igualar, referente às ações dos professores que ainda estão vinculados em transmitir conhecimentos teóricos sem vínculos entre si, proporcionando cert.

a relevância tanto para os estudantes quanto para a escola.

De acordo com Duk (2006, p. 13), referente ao processo de educação inclusiva, no projeto “Educar na Diversidade”, durante as oficinas de formação para professores que trabalhavam com subsídios teóricos e práticos que dizem respeito à educação inclusiva, com o objetivo de possibilitar aos docentes a formação para prepará-los para tornar suas aulas mais ativas e participativas.

Nesse mesmo sentido, Duk (2006, p. 13) comenta que a escola inclusiva desenvolve um trabalho diferenciado das demais escolas da rede regular de ensino, pois tornam atividades favoráveis com os estudantes portadores de necessidades especiais, realizando trabalhos em grupos apoiados no processo de aprendizagem, compartilhando entre si e com os membros da comunidade o que desenvolveram na escola.

Contudo, Duk (2006, p. 22) enfatiza que a formação continuada de professores, no início também acontece da mesma maneira que a anterior, pois ambas estão caracterizadas pelo fato de estarem ligadas aos vários problemas e situações com relação a prática na vida escolar ou mais especificamente na sala de aula.

Entretanto, a formação do professor pode ser vista como:

uma formação com tais características, portanto, não cria as bases para o desenvolvimento profissional contínuo dos docentes no que tange ao seu papel e função de educador e nem se articula com o aperfeiçoamento de práticas de ensino pedagogicamente mais efetivas e inclusivas (DUK, 2006, p. 22).

De fato, para que os professores estejam preparados para desenvolver seu trabalho profissionalmente, buscando aplicar aos seus alunos uma educação de qualidade, principalmente quando se diz respeito a uma educação inclusiva, a preparação para esses professores com formações e palestra, que deveriam iniciar no período da graduação, se torna um fator de fundamental importância para que os mesmos se sintam mais preparados teoricamente, utilizando essas bases aprendidas para desenvolvê-las na prática com seus alunos portadores de necessidades especiais.

Para Duk (2006, p. 22), ensinar baseia-se na atividade principal que faz parte da profissão do docente, e por esse motivo deve ser entendido como uma “arte”, pois no processo de construção do conhecimento e trocas de experiências educacionais, os docentes passam por uma preparação para que estejam aptos a resolver problemas que diariamente ocorrem nas salas de aula.

De acordo com Duk (2006, p. 22) um dos princípios que direcionam o processo de elaboração dos materiais para a formação dos docentes, consistem no fato de serem considerados “eternos aprendizes”. E nesse âmbito da educação, há vários anos que permeia a polêmica sobre a formação dos docentes, questionando se precisam ter conteúdos mais teóricos, ou seja, aprender mais conhecimentos científicos, ou práticos voltados para o conhecimento pedagógico.

Levando-se em consideração a educação inclusiva, a autora comenta que ambos os conhecimentos, teóricos e práticos, são evidentemente necessários, fatos estes que se comprovam na atualidade, pois não se tem a garantia de que os estudantes portadores de necessidades especiais e alunos considerados “normais”

estão aprendendo somente com o conhecimento dos conteúdos abordados nas disciplinas, da mesma forma que “uma boa metodologia de ensino ou gestão da aula tampouco assegura a aprendizagem dos conteúdos programáticos”. (DUK 2006, p. 22).

Nesse sentido Duk, (2006, p. 22) enfatiza que a docência é algo muito mais amplo do que apenas “ensinar e aprender”. Podemos observar no Material de Estudo, presente no módulo I, chamado “Formação docentes para educar na diversidade”, sobre alguns conceitos de Mauri (2002, p.22), caracterizando a docência em três situações como a: “Aquisição e desenvolvimento da capacidade de refletir sobre sua prática pedagógica”: o docente necessita ter condições de perceber e refletir a partir de suas experiências profissionais diárias vivenciadas em sala de aula, pois há a necessidade do professor aprimorar e desenvolver o ensino aplicado para com seus alunos pautado a partir de sua própria ação.

Segundo Duk (2006, p. 23), necessita-se que sejam levados em conta os problemas reais enfrentados pelos docentes em suas práticas dentro do contexto da sala de aula, pois é a partir das reflexões desses atos ocorridos que permeiam as atividades de formações oferecidas a esses docentes. É a partir das reflexões e análises da prática em que atuam o contato entre os conhecimentos da realidade enfrentada por esses docentes.

Para Mauri (2000, p. 23), o “desenvolvimento da habilidade para trabalhar em equipe com outros docentes e profissionais” proporciona que os docentes desenvolvam um trabalho cooperativo, visando sempre um projeto educacional que estabeleça um suporte de continuação das ações desenvolvidas por cada docente na instituição que atua.

Contudo, Mauri (2000, p. 23) finaliza seus conceitos, enfatizando sobre a “reconstrução crítica do papel da educação na nova sociedade do conhecimento e da informação”, destacando que nesse contexto de globalização os docentes necessitarão de formação tanto no âmbito de dominar os “recursos de informações e habilidades sociais”, passando a possuir os conhecimentos linguísticos que gerem a possibilidade de atuar criticamente sobre as diversas mudanças que permeiam no contexto educacional.

À estas habilidades devem ser acrescentados conhecimentos, aptidões e atitudes para fazer face à diversidade; ou seja, os professores e professoras devem estar preparados para trabalhar com meninos e meninas procedentes de diferentes contextos sociais e culturais e com diferentes níveis de capacidade e ritmos de aprendizagem, a fim de garantir a participação, a aprendizagem e o sucesso escolar de cada um [...] auxiliar os professores e professoras na reflexão e revisão de suas concepções e práticas educacionais, atitudes em relação aos estudantes e crenças sobre os alunos e alunas com necessidades educacionais especiais, visando transformar as práticas de ensino em sala de aula a partir da participação em oficinas de formação para o uso de práticas de ensino inclusivas que respondam de forma mais efetiva às necessidades educacionais dos estudantes e à diversidade nas escolas (DUK, 2006, p. 23).

Para desenvolver a educação inclusiva, os professores necessitam, sim, estar preparados para trabalhar com os alunos portadores de alguma necessidade especial, desenvolvendo as habilidades e limitações dos alunos, buscando sempre o objetivo básico de proporcionar a eles o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem juntamente com os demais alunos que frequentam a rede regular de ensino, mas para desenvolver tais habilidades os professores precisam de apoio e formação para saber como lidar com determinadas situações que possivelmente encontrarão dentro de uma sala de aula. Depois dos pais, os professores são os principais responsáveis para que esse processo aconteça, pois são as pessoas mais próximas desses alunos.

Deste modo, segundo Duk (2006, p. 23), apesar das várias propostas de materiais existentes para desenvolver as atividades de formações aplicadas aos docentes, com o objetivo de estarem aptos a aplicar com seus alunos essas informações adquiridas sobre a educação inclusiva, mesmo que ainda se encontre desafios para apoiar o docente, para que estejam aptos a assumir seu próprio processo de aprendizagem, sem estarem inseguros quanto aos riscos que conseqüentemente enfrentaram no momento em que inovarem as suas práticas educacionais de ensino. Mas, entretanto nesse processo de mudança que ocorre durante o processo de formação, é de fundamental importância que esses docentes tenham o apoio da equipe de coordenação que atua dentro da escola.

A professora Mestre, Mabel Strobel Moreira Weimer (2000, p. 56), coordenadora do livro da Secretaria de Estado de Educação, abordando a seguinte temática “Escola Ciclada de Mato Grosso: novos tempos e espaços para ensinar-aprender a sentir, ser e fazer”, aponta alguns conceitos que se refere à Rede Estadual de Educação, com a necessidade de apoio, e foi no ano de 1998 que se implantou o Ciclo Básico de Aprendizagem (CBA), proporcionando a partir dessa

etapa de evolução para a educação um avanço juntamente com os professores, construindo novos tempos e espaços de formação.

De acordo com Weimer (2000, p. 56), houve na avaliação do Ciclo Básico de Aprendizagem Inicial e Continuada (CBAI e CBAC) a necessidade de se incrementar a proposta de promover um atendimento às crianças que apresentavam dificuldades específicas sobre o seu desenvolvimento e aprendizagem. Foi em uma das reivindicações realizadas pelos professores que o Articulador passou a fazer parte do quadro de profissionais da educação, desempenhando o papel de atender grupos de poucos alunos ou de maneira individualizada, aplicando atividades diversificadas e materiais alternativos de maneira que proporcionem aos alunos portadores de necessidades especiais a possibilidade de superar as suas dificuldades.

Porém, Carvalho (2007, p. 87) questiona que em geral alguns docentes, principalmente os que atuam na educação básica, manifestam-se como despreparados para atuar no processo de ensino-aprendizagem dos portadores de necessidades especiais; entretanto, poucos questionam sobre a influência da prática pedagógica tradicional, sobre os elevados índices de fracasso escolar, que em linhas gerais até mesmo estão presentes nos alunos ditos “normais”.

Segundo Carvalho (2007, p. 124), é importante enfatizar algumas sugestões para enfrentar o fracasso nas escolas, como, por exemplo, desenvolver atividades realizadas em grupos, estimular os alunos para que realizem pesquisas visando à aprendizagem, orientar os familiares, e desenvolver a formação continuada para os professores.

Evidentemente, esses conjuntos de situações proporcionaram tanto para os alunos portadores de necessidades especiais, professores e familiares uma condição mais ampla de tornar a escola da rede regular de ensino um espaço que seja agradável para convivência de todos, enfatizando sempre que necessidades educacionais desses alunos precisam ser supridas.

O professor requer uma série de estratégias organizativas e metodológicas em sala de aula. Estratégias capazes de guiar sua intervenção desde processos reflexivos, que facilitem a construção de uma escola onde se favoreça a aprendizagem dos alunos, como uma reinterpretação do conhecimento e não como uma mera transmissão da cultura (SANCHES ROMEU apud CARVALHO, 2007, p. 124).

Para que as aulas não se tornem cansativas ou monótonas, os professores necessitam utilizar suas habilidades metodológicas, ou seja, aplicar em suas aulas conteúdos que sejam mais dinâmicos, buscando que seus alunos, principalmente os portadores de necessidades especiais, interajam em grupos, pois dessa forma eles terão uma melhor desenvoltura para se adequar aos demais membros da sociedade, visando sempre à aprendizagem desses alunos.

Nesse sentido, Carvalho (2007, p.67) acredita que é possível o professor trabalhar com seus alunos em um clima agradável e que esteja a favor da aprendizagem, mas esse processo evidentemente se tornaria mais fácil, se não tivéssemos tantos alunos na turma, como se observa frequentemente.

De fato, um elevado número de alunos em um mesmo espaço, dificulta para que o professor consiga acompanhá-los, principalmente se na turma se encontrar algum estudante portador de alguma necessidade especial, seja ela física, visual, auditiva, mental ou múltipla, pois de certa forma esses alunos precisam de uma atenção maior, por possuírem alguma limitação que os demais alunos da sala não possuem.

Nestas situações, apesar dos professores encontrarem dificuldades, não seria ético e justo ignorar esses alunos, deixando-os sem o atendimento educacional que necessitam para desenvolver as suas habilidades.

De acordo com a autora Edicléa Mascarenhas Fernandes (2008, p. 06), que desenvolveu seu artigo na IX Jornada de Educação Especial abordando a temática “A Formação de Professores para Classes Inclusivas e a Importância do Conhecimento Acerca das Adaptações Curriculares”, evidencia que incluir um aluno portador de necessidades educacionais especiais é um desafio, mas, se deve sempre realizar trabalhos com os professores, para que percebam na teoria e vivenciem na prática que o processo que envolve a inclusão desses alunos que frequentam a rede regular de ensino não é complexo, porém há sim a necessidade de adequar os conteúdos a serem abordados.

Segundo Fernandes (2008, p.05), na escola inclusiva o processo de aprendizagem é realizado a partir de estímulos variados, como os sonoros, visuais, olfativos entre outros, que contribuem para o processo de aprendizagem. Cabe aos professores perceberem o potencial de cada aluno, para que desenvolva as

atividades na sala de aula de diversas formas, adequando-as as necessidades dos alunos.

Nesse sentido, é importante resgatar, de acordo com Fernandes (2008, p.05), sobre algumas escolas inclusivas que realizam palestras e oficinas, que buscam adaptar os conteúdos curriculares, almejando que os professores que trabalham na sala de aula regular tenham a nítida visão de que são educadores inclusivistas.

Entretanto, para Ramos (2006, p. 14), o professor precisa ser paciente, pois nem sempre os alunos portadores de necessidades especiais correspondem ao processo esperado, pois o seu ritmo de aprendizagem pode variar dependendo de sua limitação. Devido a isso, cabem aos professores e aos demais membros da sociedade respeitar tais contextos.

Ainda nesse contexto, Ramos (2006, p. 15) enfatiza que não é o correto deixarmos de apresentar determinados conteúdos aos deficientes mentais, pressupondo, por exemplo, que não conseguiram compreender.

Seria desumana, tal atitude, pois dessa forma estaríamos limitando o conhecimento desse aluno, impossibilitando-o de desenvolver a sua capacidade intelectual, sem pelo menos tentar tal contato.

Para que esse processo se concretize, o professor precisa possibilitar a seus alunos uma avaliação da aprendizagem, sempre levando em consideração o potencial que eles desenvolvem, e não as considerações exigidas pelo sistema escolar. Há situações em que o professor deve intervir, quando perceber que seu aluno apresenta um quadro muito agravante, podendo este demonstrar muita agressividade ou uma passividade absoluta, necessita-se o contato com os pais para aconselhá-los a buscar ajuda médica, comenta Ramos (2006, p. 15).

Com base em uma educação inclusiva de qualidade Ramos (2006, p. 16) aponta que devemos desconsiderar alguns mitos, que frequentemente permeiam nossa sociedade, considerando que as pessoas que tem algum contato com os portadores de necessidades especiais, principalmente os professores, necessitam ser especialistas, “as mães dos deficientes não são especialistas e, quase sempre, cuidam deles muito bem”. Porém, os professores precisam estar atentos para

perceber se o trabalho desenvolvido por eles está contribuindo para o desenvolvimento dos portadores de necessidades especiais.

Nesse aspecto, conheceremos a Escola Viva, situada em Caucaia do Alto de Cotia, estado de São Paulo, que desenvolve seu trabalho apoiando-se na educação inclusiva, baseando-se na teoria construtivista de Piaget. Essa escola desenvolve diariamente atividades e jogos lúdicos, proporcionando aos alunos que apresentam alguma necessidade especial, sendo física, visual, auditiva, mental ou múltipla, um contato mais prazeroso com o processo de ensino-aprendizagem.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DA ESCOLA VIVA - COTIA - SÃO PAULO

Segundo Aida Maria Monteiro Silva, professora da Universidade Federal de Pernambuco e coordenadora da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos (2003, p. 173) “a escola é um dos principais locais de formação da cidadania e tem como função principal a socialização dos conhecimentos historicamente acumulados e a construção de saberes escolares”.

Nesse mesmo sentido, Elianda F. Arantes Tiballi (2010, p. 195), professora titular do Departamento de Educação/Mestrado em Educação da Universidade Católica de Goiás (UCG), aponta que a educação inclusiva é um tema que atrai todas as áreas das ciências sociais, “em razão da variedade de significados sociais e epistemológicos que se pode atribuir ao termo”.

Segundo Tiballi (2010, p. 195), ao analisar a escola inclusiva sobre o ponto de vista pedagógico, buscou em meio as suas experiências como professora as referências necessárias para a leitura do movimento realizado a favor da Escola Inclusiva no nosso país. Enfatiza a autora que todas as pessoas são capazes de interagir e aprender de alguma maneira com uma pessoa portadora de necessidade especial.

A autora faz o levantamento de três hipóteses diferentes sobre a escola inclusiva, que estão presentes discurso educacional brasileiro:

1. Uma proposição política constante nos textos legais que recomendam ou instauram a Escola Inclusiva nas redes de ensino, a exemplo das Cartas da Unesco, das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, em que se lê: “As escolas inclusivas proporcionam uma educação efetiva à maioria das crianças e melhoram a eficiência e, certamente, a relação custo-benefício de todo o sistema educacional”.
2. A proposição de um novo paradigma explicativo da exclusão que coloca o respeito às diferenças como condição para a inclusão dos socialmente excluídos, de modo a garantir a integração social dos excluídos, seja pelo gênero, pela raça, pela religião, pela cultura, seja, pela deficiência física ou mental.
3. A proposição da integração socioafetiva dos portadores de necessidades especiais. Esse discurso é especialmente formulado pela Psicologia, pela Fonoaudiologia e pelas áreas médicas em geral (TIBALLI, 2010, p. 195).

Como relata Tiballi (2010, p.196), esses discursos mencionados apresentam princípios que orientam a Escola Inclusiva:

respeito às diferenças e igualdade de direitos; cooperação, tolerância e solidariedade; participação social e integração efetiva de todos, especialmente dos portadores de necessidades especiais; inclusão em oposição à exclusão no contexto escolar; em síntese, promoção da inclusão pela vida da escola.

De fato, esses pontos abordados pela autora são realmente importantes para integrarmos as pessoas portadoras de necessidades especiais na rede regular de ensino, esses fatores devem fazer parte de nossa convivência como seres sociais, pois todos, inclusive as pessoas deficientes, têm o direito ao respeito e a qualidade de uma vida digna.

Contudo, Tiballi (2010, p. 206), faz uma retrospectiva sobre o discurso educacional brasileiro, enfatizando que a ideia de inclusão é recente entre as pessoas que estão envolvidas na educação no Brasil. O termo inclusão tem o objetivo de desvendar os mistérios do movimento educacional, propondo uma nova condição de adequação das exigências de um mundo globalizado, sendo necessário ser renovado. Tiballi questiona se a Escola Inclusiva propõe “incluir na escola ou pela escola?”. A autora enfatiza que qualquer que fosse a resposta dada a esta questão, haveria de certa forma pelo menos “um equívoco”.

De acordo com a autora, os termos que conhecemos como “inclusão” e “exclusão social”, estão vinculadas à desigualdade social, sustentando-se a partir da estrutura social de classes.

Desenvolveremos no decorrer deste capítulo a prática vivenciada por alunos da Escola Viva, situada na cidade de Cotia, estado de São Paulo, Brasil, fundada no ano de 1994, mas iniciando as suas atividades educacionais no ano de 1995, pela diretora Rossana Ramos, formada em Pedagogia pela Faculdade de Educação Antônio Augusto Reis Neves, mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), professora da Universidade de Pernambuco e Doutora nas áreas de linguagem e educação, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, enfatizando que é possível inserirmos um portador de necessidade especial na rede regular de ensino.

Segundo Rossana Ramos (2010, p. 11), em seu livro “Inclusão na Prática”, de fato o nosso país está devidamente convencido, “mesmo que por força da lei”,

que se devem acolher crianças, jovens e adultos com deficiência. Porém, mesmo tendo o devido conhecimento, ainda encontramos situações que não estão verdadeiramente associadas às práticas inclusivas. “A luta ainda está longe de ser vencida. Isso porque a escola matriculou os deficientes, mas ainda tem dificuldade de lidar com as diferenças”.

Foi a partir dessas observações, constatando que em geral as escolas da rede regular de ensino não desenvolvem projetos “flexíveis”, que realmente incluam os alunos portadores de necessidades especiais, que levou Rossana Ramos a fundar a Escola Viva.

Aborda-se a inclusão de pessoas com necessidades especiais, que frequentam a Escola Viva, sendo a mesma uma escola da rede regular de ensino, comprovando que o trabalho desenvolvido em conjunto por todos os integrantes da comunidade escolar, educadores e pais, se torna possível sim promover mudanças positivas no ambiente escolar, proporcionando que essas mudanças não se reflitam somente na qualidade de vida dos alunos portadores de deficiência, mas também nos demais alunos que convivem junto com os portadores de necessidades especiais, para que tenham uma visão mais abrangente sobre a ética e a moral.

Como relata Ramos, (2010, p. 16) a Escola Viva trabalha de maneira diferenciada das demais escolas, pois não utiliza cartilhas ou livros didáticos, que na maioria das vezes se distancia da realidade vivenciada pelos alunos por ser um material elaborado em localidades geográficas totalmente diferentes, abordando conteúdos “desligados” do contexto social vivenciado pelos alunos. Como enfatiza Ramos, a Escola Viva utiliza livros de “verdade”, comentando que,

Para aprender a ler, utilizamos contos clássicos e história infantil. A escrita era valorizada com base nas hipóteses das próprias crianças. Os alunos maiores, já na época, eram mobilizados em torno de projetos interdisciplinares que envolviam diversos campos do conhecimento de culinária a álgebra e gramática. Para reflexão, sempre tivemos aulas de filosofia; para conhecer o mundo, incentivamos efetivamente a leitura (RAMOS, 2010, p. 16).

Esses métodos utilizados pela Escola Viva, realmente mostram resultados positivos, pois dessa forma os alunos conseguem interagir com o conteúdo, pelo fato de ser abordado de uma maneira diferente da tradicional, despertando o interesse e a curiosidade. Esses exemplos de atividades vivenciados com os alunos portadores de necessidades especiais e os demais alunos demonstram que são assuntos que

abrangem a realidade de ambos, por se tratarem também de atividades interdisciplinares.

Para por em prática a educação inclusiva, relata Ramos (2010, p. 18), foi necessário que todas as pessoas que faziam parte da comunidade escolar como funcionários, professores e pais se centralizassem sobre os estudos do sociointeracionismo, para compreender sobre a “importância da vida em grupo”, passando a partir de então por em prática a educação inclusiva.

Há vários anos a sociedade ainda traz consigo inúmeros preconceitos e mitos sobre as pessoas que apresentam alguma deficiência para dar prosseguimento no trabalho de inclusão desses alunos portadores de necessidades especiais, desenvolvido pela Escola Viva de Cotia, foram necessários desconstruir alguns mitos, que entre eles se destacam “que o profissional que lida com o deficiente precisa ter formação especial; o de que o deficiente na classe comum atrapalha o desenvolvimento dos outros alunos; o de que eles precisam de educação especial”. (RAMOS, 2010, p. 18).

Segundo Ramos (2010, p. 18), esse trabalho desenvolvido pela Escola Viva de Cotia, passou ao longo dos anos por várias situações de dificuldades, devido aos preconceitos postos até mesmo pelos pais dos alunos portadores de necessidades especiais, a falta de compreensão e conhecimento por parte de algumas pessoas sobre a inclusão, sendo posta também sobre os profissionais que atuam no ambiente escolar, detinham o conceito de que esses alunos necessitavam de um atendimento diferenciado da rede regular de ensino, ou seja, que eles deveriam frequentar escolas especiais se distanciando do contato com as demais pessoas da sociedade que não apresentavam deficiência física, mental ou múltipla.

Como relata a autora (2010, p. 33), para vencer essas barreiras foram iniciados na Escola Viva programas de conscientização, como reuniões contando com a presença dos pais e professores para “disseminar o novo conceito” sobre a educação inclusiva dessas pessoas que possuíam alguma necessidade especial. Num primeiro momento a sociedade ainda possuía certa resistência em unir em um único ambiente pessoas “normais” e pessoas deficientes, nome pelo qual ainda são tratados por alguns. Essa resistência acontece ainda, pois infelizmente há uma carga negativa que há anos acompanha a sociedade, sobre as concepções a respeito dos portadores de necessidades especiais.

Entretanto, essas dificuldades foram sendo vencidas, e como relata Ramos (2010, p. 18), a cada dia que passa o trabalho de desenvolver uma educação inclusiva de qualidade passou a ser mais fácil e prazeroso, devido às experiências adquiridas, pois o progresso que os alunos portadores de necessidades especiais desenvolvam se transforma em motivação. “A pessoa com deficiência deve ser incluída sem restrições no meio social, desde o nascimento, para que possa ser estimulada naturalmente”. (RAMOS, 2010, p. 17).

De acordo com Ramos, esse é um fator primordial para o processo de construção do caráter do ser humano. Uma criança que possui necessidade especial, apresentando, por exemplo: surdez, cegueira, paralisia, deficiência mental, física ou múltipla, tem a possibilidade de desenvolver suas habilidades de comunicação, superação, desenvolvimento intelectual e interação com os demais membros da sociedade, desenvolvendo-se com mais facilidade.

O papel das demais pessoas da sociedade é de humanizar quando se depara com pessoas com essas características, mas não no sentido de ter “compaixão”, “pena” ou “dó”, julgando-as como incapazes de realizar até mesmo as necessidades básicas de sobrevivência do ser humano. Em muitas situações, podemos constatar que essas pessoas são exemplos de determinação, perseverança e otimismo, sendo que nós considerados “normais” percebemos o quanto somos frágeis e limitados em nosso pensamento inferiorizado.

Destaca Ramos (2010, p. 27), sobre os conceitos de Stainback e Stainback (1999), que nos anos de 1990 surgiu um novo conceito de sobre a inclusão, tendo como base a teoria sociointerativista, que está relacionada ao desenvolvimento humano, quando se relaciona com o “resultado das interações sociais”, ou seja, o portador de necessidade especial entra em contato com a sociedade, ele desenvolve de maneira mais ampla as suas capacidades, mesmo com as suas limitações. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, o processo de inclusão dos deficientes em escolas regulares, desde muitos anos acumulou várias contribuições “teóricas que passaram a circular nos meios educacionais”.

Como aponta Ramos (2010, p. 27), o processo de inclusão escolar, por ser algo novo, causou de certa forma uma revolução, pois

De um lado, a teoria orientava para a prática inclusiva; de outro ocorreram alguns equívocos. A escola regular mostrou-se fragilizada e incompetente para lidar com essa mudança. Foi exatamente nesse vazio que se instalaram práticas incorretas – como a invasão da escola pelos especialistas para a “educação especial”.

De fato, esse processo de transição da exclusão escolar para o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais em escolas da rede regular de ensino, passou e ainda passa por várias dificuldades e transformações, desde a questão de estrutura física para atender, por exemplo, os alunos que se locomovem somente através da cadeira de rodas, até a questão da formação para os professores que trabalham com essas pessoas em suas salas de aula.

Devido a esses e outros problemas, algumas iniciativas não foram realizadas de acordo como deveria para atender as necessidades dos alunos portadores de necessidades especiais, pois de certa forma os pais se sentiam retraídos em entregar seus filhos, com suas limitações e dificuldades em escolas nas quais não estavam preparados para atendê-lo, passando por situações em que as demais pessoas poderiam excluí-lo, maltratá-lo, deixando-o em situação constrangedora.

Em consequência essas situações, muitas crianças nem chegaram a iniciar sua vida escolar, ou eram retiradas por esse medo que os pais apresentavam, deixando seu filho em casa, sem o contato com as demais pessoas e com o conhecimento.

Como explica Ramos, esses acontecimentos ocorreram pelo fato de que em geral a sociedade detinha em suas concepções que,

- O professor não está capacitado para lidar com os deficientes.
- As escolas não têm recursos.
- As salas são superlotadas e não há como dar a devida atenção ao deficiente (RAMOS, 2010, p. 28).

Levando-se em consideração esses tópicos mencionados, podemos perceber que na visão da maioria dos integrantes da sociedade, somente os especialistas tem a devida capacidade de atender de maneira adequada os portadores de necessidades especiais, por terem formação e preparação específica sobre eles.

No entanto, acredito que essa concepção não está devidamente correta, pois os professores necessitam sim de preparação para conhecerem os caminhos a

serem percorridos, visando proporcionar aos portadores de necessidades especiais uma educação de qualidade, mas, caso não possuam uma formação específica como os especialistas, se torna possível sim que todos tenham a capacidade de desenvolver um trabalho de qualidade, desde que estejam devidamente interessados em ajudar esses alunos no processo de construção do ensino-aprendizagem.

Levando-se em consideração um atendimento de qualidade aos portadores de necessidades especiais, em algumas situações eles necessitam de uma atenção maior do que os demais alunos, por isso o fato das salas de algumas instituições de ensino ser superlotada, conseqüentemente dificulta o atendimento do professor para com os alunos.

Com base nos relatos vivenciados pela diretora da Escola Viva no início de seu trabalho com os alunos portadores de necessidades especiais, eles tiveram a presença de profissionais:

Alguns especialistas vinculados a terapêutica, bem como professores de escolas especiais. Inculcados pela idéia de “criar um mundo especial” para o deficiente, esses profissionais representavam uma barreira para nosso trabalho. Chegamos a perder vários alunos cujos pais eram convencidos por pediatras, psicólogos, fonoaudiólogos, entre outros, a não acreditar que na escola regular seus filhos poderiam desenvolver-se (RAMOS, 2010, p. 34).

Esse problema enfrentado pela Escola Viva não apenas desmerece a escola, intitulando-a como incapaz de desenvolver um trabalho de qualidade, mas julgam a capacidade do próprio aluno portador de alguma necessidade especial de desenvolver-se apesar de suas limitações específicas, tratando-o como um ser insociável, incapaz de ter uma vida “normal” em sociedade como as demais pessoas.

No decorrer do trabalho desenvolvido pela Escola Viva, Rossana Ramos (2010, p. 36) descreve que “nossa escola passou a ser um abrigo não só para as crianças deficientes, mas também para aquelas com comportamento “diferente””. Espalhou-se na região que a Escola Viva “aceitava” crianças “com problemas”. Esses trabalhos diferenciados das demais escolas regulares confirmavam que a Escola Viva estava devidamente preparada para atender todas as pessoas com uma educação de qualidade.

A Escola Viva estabeleceu projetos e metas, sempre partindo do ponto de vista pedagógico, baseando-se nas seguintes ações, também citadas no capítulo II, deste Trabalho de Conclusão de Curso (RAMOS, 2010, p. 37-8).

- Ter como filosofia da educação a base teórica construtivista que considera as diferenças na aprendizagem dos indivíduos.
- Conscientizar a comunidade de que o deficiente não vai atrapalhar a aprendizagem dos outros, e sim ajudá-los a vivenciar uma nova experiência como ser humano solidário.
- Ter uma equipe de professores e funcionários preparada para lidar com as situações inusitadas, como um aluno necessite de ajuda para usar o banheiro ou que prefira estar a maior parte do tempo fora da sala de aula.
- Matricular os alunos que apresentam deficiência nas classes correspondentes a sua idade cronológica, para que construam, ainda que com defasagem mental, uma idade social.
- Não priorizar a aprendizagem dos conteúdos educacionais em detrimento da aprendizagem de vida.
- Elaborar o plano didático não mais mediante parâmetros preestabelecidos, mas levando em conta a realidade dos alunos.
- Avaliar a aprendizagem considerando o potencial do aluno, e não as exigências do sistema escolar.
- Em casos muitos extremos, como alta agressividade ou passividade absoluta, aconselhar os pais a buscar ajuda médica.
- Não ter medo de, muitas vezes, aliar a intuição aos conhecimentos de natureza psicopedagógicas.

Desenvolver um trabalho de qualidade com os alunos, utilizando-se do método construtivista, ou seja, proporcionando um ensino diferenciado, com aulas lúdicas e com diálogos, principalmente observando as necessidades especiais e individuais de cada aluno, é uma maneira de realizar um ensino de educação inclusiva de qualidade, pois trabalha em conjunto com todos os alunos, mas desenvolvendo atividades que se baseiem nas necessidades de cada aluno, principalmente, aos portadores de necessidades especiais.

Nesse sentido, interagir o aluno portador de necessidades especiais com os demais alunos, proporciona que ambos construam seu caráter como pessoas, pois dessa forma se aprende a conviver com o “diferente”, com o “novo”, considerando que em nossa sociedade de certa forma estamos acostumados a conviver com o “padrão” e quando nos deparamos com algo que se torna diferenciado, nos causa estranheza. Tendo visto que isso deve ser superado, pois cada um possui a “sua deficiência”, mesmo não sendo ela aparente como os portadores de necessidades especiais.

Como no exemplo da Escola Viva, o professor que atua diretamente com os alunos portadores precisa de orientação, formação, mas principalmente dedicação, amor e carinho para saber como lidar com os alunos portadores de necessidades especiais, pois eles precisam de atenção e cuidados, para não se sentirem excluídos em meio aos demais alunos.

Como cita a diretora da Escola Viva, o aluno que tivesse alguma deficiência mental era matriculado em salas que possuíam alunos da mesma idade, pois dessa forma esses alunos conviviam em ambientes, e desenvolviam atividades, mesmo que de forma limitada, com alunos de sua mesma faixa etária.

Os conteúdos abordados nas salas de aula são desenvolvidos com base na realidade dos alunos portadores necessidades especiais, desenvolvendo dessa forma um contato mais próximo do conteúdo, possibilitando que vivenciem na prática o que lhes eram propostos nas aulas.

As avaliações são realizadas a partir do processo de evolução que os alunos com deficiência desenvolviam no decorrer de sua caminhada escolar.

Cabe ao professor acompanhar seus alunos, observando como está o seu desempenho e suas condições de saúde, e quando notar que esse aluno portador de necessidade especial apresenta algum comportamento que se distancie de suas condições normais, é de extrema importância que se comuniquem os pais desse aluno, aconselhando a procurar ajuda médica.

Segundo Ramos (2010, p. 45), quando o professor se deparar em uma situação inusitada, nada impede que ele se utilize dos conhecimentos prévios para atender esse aluno da melhor forma possível.

Essas metas estabelecidas pela Escola Viva de Cotia, como podemos observar, resultaram em várias transformações positivas, pois deram um direcionamento tanto para os alunos quanto para os professores e os demais integrantes da comunidade educacional.

Na escola inclusiva de Cotia, os planos didáticos são baseados na realidade dos alunos, como já mencionado, os professores não utilizam os livros didáticos fornecidos pelo governo, pois como aponta Ramos (2010, p. 48), esse material estabelece um ensino a “distância”, por serem livros elaborados a partir da realidade de outros contextos sociais. Baseando-se em uma educação inclusiva, esse foi um

dos primeiros passos abordados pela Escola Viva para desenvolver um ensino diferenciado, mas com qualidade, abordando conteúdos mais dinâmicos e diversificados que realmente se aproxime da realidade vivenciada pelos alunos que apresentam ou não alguma necessidade especial.

Nas concepções de Ramos (2010, p. 69), para adquirir uma escola inclusiva, se faz necessário acreditar que de fato a teoria socioconstrutivista funciona e que a diferença que existe entre um mesmo grupo de pessoas contribui significativamente para o seu desenvolvimento, sendo necessário que os professores organizem seus planos didáticos adaptando-se às reais condições desse grupo, valorizando sempre a coletividade.

Segundo Ramos (2010, p. 108), com relação à metodologia de avaliação que o professor deve utilizar com relação ao aluno portador de necessidade especial, as etapas são as mesmas, no entanto, há a necessidade de atender algumas situações especiais, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases (LDB):

A avaliação dos alunos com necessidades especiais deve variar segundo suas características e a modalidade de atendimento escolar oferecida, respeitadas as especialidades de cada caso, no que tange às necessidades de recursos e equipamentos especializados para a avaliação do desempenho. Os deficientes físicos, visuais e auditivos integrados nas classes comuns estarão sujeitos aos mesmos critérios de avaliação adotados para os demais alunos, mas com utilização de formas alternativas de comunicação para e surdos e adaptação de materiais didáticos e espaços físicos para os deficientes físicos. A estrutura física dos deficientes auditivos não deve interferir na avaliação do conteúdo de suas mensagens escritas, bem como a grafia das palavras para que os que possuem visão subnormal. Os portadores de deficiência mental e os alunos que apresentam condutas típicas serão avaliados em função de seus níveis de desenvolvimento geral e pessoal, considerados os conteúdos curriculares mínimos e os níveis de competência social por eles alcançados.

De acordo com Ramos (2010, p. 110), a nota não é um quesito obrigatório, mas para que o aluno portador de alguma necessidade especial física, visual, auditiva, mental ou múltipla não se sinta excluído em meios aos demais alunos, é importante que se faça um boletim, considerando os avanços que esse aluno desenvolveu no decorrer do processo de ensino-aprendizagem, sendo que essa nota não deverá atender somente os critérios intelectuais quando se diz respeito de um aluno com deficiência mental.

A Escola Viva tornou-se pioneira, pois foi o primeiro trabalho realizado no Brasil, unindo alunos da rede regular de ensino com alunos portadores de necessidades especiais, provando que é possível, a partir dos caminhos

mencionados no decorrer deste trabalho de conclusão de curso, se construir uma educação inclusiva de qualidade.

Assim, baseando-se nas experiências vivenciadas pela Escola Viva de Cotia, tivemos a possibilidade de perceber que a parceria entre os membros da comunidade escolar, pais, educadores e alunos que não apresentam deficiência, foi fundamental para a construção de uma educação igualitária.

CONCLUSÃO

De fato, realizar uma educação inclusiva no Brasil não é fácil, devido aos vários mitos trazidos pela sociedade desde a antiguidade, que infelizmente ainda assombram a nossa sociedade. A caminhada que os deficientes físicos, visuais, auditivos, mentais e múltiplos percorreram para chegar ao âmbito em que nos encontramos hoje foi muito longo, pois, como citado nesse trabalho de conclusão de curso, os portadores de necessidades especiais eram vistos como seres totalmente inúteis para realizar ou participar de qualquer atividade perante a sociedade.

Porém, o trabalho desenvolvido pela Escola Viva veio nos mostrar que é possível tornar realidade a educação inclusiva, desde que haja um trabalho realizado com todos os membros da comunidade escolar e sociedade, conseguiremos acolher da melhor forma possível um aluno portador de necessidade especial na rede regular de ensino.

Cabe a nós darmos condições para que essas pessoas possam desenvolver em suas condições de seres humanos, se beneficiando como os demais membros da sociedade dos direitos que dizem respeito a todos, e dentro desses direitos se enquadra um fator que é primordial para a construção do caráter de uma pessoa, que é o direito a uma educação de qualidade.

Precisamos nos colocar no lugar do próximo, para percebermos o quanto é importante valorizarmos a vida, principalmente a vida dessas pessoas, que apesar de suas limitações, são exemplos de otimismo, dedicação e superação, no qual cada um tem sua maneira de exercer seu papel de cidadão.

Os profissionais que trabalham com esses alunos portadores de necessidades especiais necessitam de apoio, pois o que acontece na maioria das escolas da rede regular de ensino é que o profissional que inclui um deficiente em sua sala de aula é excluído pelos demais colegas, o deixando à mercê de suas próprias dificuldades.

Com o passar dos anos houve um aumento significativo de pessoas portadoras de necessidades especiais que se matricularam em escolas da rede regular de ensino. Mas, para que esse trabalho se realize na prática de maneira que atenda as necessidades das pessoas deficientes, há a necessidade de mudanças, adequações e transformações na concepção da sociedade sobre inclusão, como formação para as equipes de professores e os demais membros da comunidade escolar, adequando as estruturas que permeiam no ambiente escolar, para realizar uma educação inclusiva de qualidade.

Apesar de que os portadores de necessidades especiais estejam com seus direitos alicerçados pela lei, garantindo que devam ser aceitas nas salas de aula das escolas regulares, as dificuldades em aceitá-las ainda existam nas escolas, pelo fato de que ainda se dizem despreparadas para atender adequadamente esses alunos portadores de necessidades especiais.

Como relatado nesse estudo, é fundamental que todos, sendo estes professores, pais, alunos e comunidade escolar aprendam que a educação inclusiva é possível sim, que seja realizada, desde que estejamos dispostos a fazê-lo e os exemplos concretos sobre caminhos e estratégias para a realização de tal propósito podemos observar na Escola Viva de Cotia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os Pingos nos "is"**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

CAVALCANTE, Meire. A escola que é de todas as crianças. **Revista Nova Escola**, São Paulo, nº. 182. Maio 2005.

COSTA, Catia Ferdinando. **A percepção dos educadores em relação à inclusão dos educandos de ensino fundamental da rede pública estadual entre os anos de 2006 e 2007**. (Dissertação de Mestrado em Educação) Universidade Cidade de São Paulo – UNICID. São Paulo, 2008. Disponível em: <www.unicid.br/old/mestrado_educacao/dissertacoes>. Acesso em 01 de jun. 2010.

DUK, Cynthia **Educar na diversidade: material de formação docente**. 3. ed. / edição do material Cynthia Duk. – Brasília: [MEC, SEESP], 2006. 266 p.

FERNANDES, Edicléa Mascarenhas (et al). **A Formação de Professores Para Classes Inclusivas e a Importância do Conhecimento Acerca das Adaptações Curriculares**. Disponível em: <http://www.forinpe.kit.net/ix_jornada_de_educacao_especial-artigo_2.pdf>. Acesso em 11 set.2010.

FERREIRA, Windyz B. Educação Inclusiva: Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos. **Inclusão**, Brasília: Secretaria de Educação Especial, v. 1, n.1: 40-4, out. 2005.

LINHA do tempo Dorina Nowill e a Inclusão no Brasil. **Revista Nova Escola**. São Paulo, ano XXV nº. 236: pág. 44, Out. 2010.

Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar / [organizadoras, Verbena Moreira S. de S. Lisita, Luciana Freire E. C. P Sousa]. – Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

RAMOS, Rossana. **Passos para a Inclusão**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Inclusão na Prática: estratégias eficazes para a educação inclusiva/** São Paulo: Summus, 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão. / Construindo uma sociedade para todos.** 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Carla Christiani da. **A relação de poder em sala de aula.** São Paulo: LCTE Editora. 2005.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre. Artmed, 1999.

WEIMER, Mabel Strobel Moreira. Secretaria de Estado de Educação. **Escola Ciclada de Mato Grosso: novos tempos e espaços para ensinar – aprender a sentir, ser e fazer.** Cuiabá: Seduc. 2000.

